

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Trump estende até junho suspensão do aumento da tarifa do aço brasileiro	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Eletrobrás e Petrobrás assinam acordo de R\$ 17 bilhões	4
Título: EUA fecham acordo ‘em princípio’ com Brasil sobre aço	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Preço da gasolina cai no DF	7
Título: Abastecimento de Corumbá a partir de janeiro	9
Título: Tarifa sobe perto do fim do racionamento	10

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Estelita Hazz Carazzai****Título: Trump estende até junho suspensão do aumento da tarifa do aço brasileiro**

Prazo venceria hoje; Argentina, União Europeia e Austrália também são beneficiadas com prorrogação

Washington- A poucas horas do prazo final, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, decidiu prorrogar, na noite desta segunda (30), a suspensão do aumento das tarifas de importação sobre o aço e o alumínio, que afetariam significativamente a indústria siderúrgica brasileira.

As sobretaxas começariam a valer nesta terça (1º), mas o americano decidiu prolongar a isenção por mais um mês ao Brasil, à Argentina, à União Europeia e à Austrália, de acordo com o Wall Street Journal. A suspensão, assim, valerá até o dia 1º de junho. A Casa Branca ainda não havia confirmado a informação até a conclusão desta edição.

Os EUA são o maior comprador do aço brasileiro — e uma sobretaxa de 25%, como anunciara o americano, poderia comprometer as exportações do Brasil.

Depois de anunciar as tarifas em março, sob o argumento de proteger a segurança nacional e a indústria siderúrgica dos EUA, Trump decidiu suspender temporariamente a sobretaxa, abrindo negociações bilaterais com os principais exportadores dos produtos.

O Brasil enviou comitivas a Washington e contratou um dos principais escritórios de advocacia e lobby da cidade para ajudar nas tratativas.

Além dos quatro países que obtiveram a prorrogação, a Coreia do Sul conseguiu uma isenção definitiva das sobretaxas por meio da negociação de um novo acordo de comércio com os EUA, segundo o Wall Street Journal.

México e Canadá, por outro lado, devem continuar poupados enquanto durarem as negociações do Nafta, o acordo de livre-comércio da América do Norte.

Apesar da notícia, o tensionamento das negociações, que permanecem indefinidas, demonstrou a líderes estrangeiros que décadas de relações calorosas com os EUA pouco importam para um presidente que não dá importância às normas diplomáticas e é hostil às regras básicas do comércio internacional.

O que começou como uma forma de proteger empregos nos setores de aço e alumínio americanos, na prática, se tornou uma alavanca do governo Trump para extrair concessões em outras áreas - como as exportações de carros para a Europa ou a revisão do Nafta.

A União Europeia, maior parceira comercial dos EUA, indicou no fim de semana que estava perdendo a esperança de chegar a um acordo, diante do que muitos dos líderes políticos da região encaram como demandas pouco razoáveis. Se as tarifas entrarem em vigor, de acordo com o governo alemão, "a União Europeia deve estar pronta para defender seus interesses de maneira decidida, nos termos das regras multilaterais de comércio internacional".

A incerteza também gerou caos nas redes internacionais de suprimentos. A poucas horas do prazo final, montadoras de automóveis e outras companhias do setor industrial ainda não sabiam se navios carregados de aço estariam repentinamente proibidos de entrar nos portos dos EUA.

Alguns países permanecem confiantes de que evitarão as tarifas. O Brasil, que exporta primariamente placas de aço, argumenta que seu produto é subsídio para a indústria americana e espera escapar chegando a um acordo sobre cotas limitadas para produtos mais sofisticados.

Já a Argentina conta com o bom relacionamento entre seu presidente, Mauricio Macri, e Trump.

"Nas conversações que temos sobre a questão, os relacionamentos positivos entre nossos governos — e nossos presidentes — certamente são assunto", disse Miguel Braun, secretário do comércio exterior argentino.

Em termos de potenciais perturbações para a economia mundial, a disputa com a Europa pode ser amais grave. EUA e União Europeia respondem por cerca de um terço do comércio mundial.

Poucos anos atrás, os dois discutiam a possibilidade de eliminar quase todas as barreiras ao comércio transatlântico. Agora, suas visões de mundo se tornaram fundamentalmente diferentes.

Para os europeus, Trump está exigindo concessões que os tornariam cúmplices no desmantelamento da estrutura de comércio internacional criada no pós-guerra, que é vista por eles como sagrada.

A Europa quer seguir as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), mas os americanos estão apresentando demandas que os forçariam a violá-las. Os carros alemães, um dos principais alvos da ira de Trump, representam um dos maiores obstáculos.

O secretário do comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, vem pressionando os países do bloco a reduzir suas tarifas sobre carros americanos, como forma de reduzir seu superávit no comércio com os EUA.

Mas, se a União Europeia aceitar a demanda, teria que aplicar termos semelhantes aos automóveis produzidos por todos os demais membros da OMC, segundo os tratados internacionais de que é signatária.

O maior beneficiário seria a China. O país é membro da OMC, deseja se tornar exportadora de automóveis e adoraria ter acesso facilitado à Europa sem conceder algo em troca.

A União Europeia já preparou uma lista de produtos que poderiam ser alvo de retaliações. A lista de alvos foi selecionada para causar a maior dor possível às regiões dos EUA que favorecem o partido republicano, e inclui lanchas recreativas fabricadas no Tennessee, gravadores digitais feitos no Arizona e baralhos fabricados no Kentucky.

Mas a estratégia pode não ser efetiva. Líderes empresariais que visitaram Washington recentemente disseram que Trump não estava se deixando afetar pelos protestos.

O impacto direto das tarifas sobre o comércio mundial, presumindo que entrem em vigor, seria mínimo, dizem economistas.

Com The New York Times; Tradução de Paulo Miglacci

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Eletrobrás e Petrobrás assinam acordo de R\$ 17 bilhões

Valor se refere às dívidas das distribuidoras da estatal de energia elétrica no fornecimento de óleo combustível e gás

Eletrobrás e Petrobrás assinaram ontem acordo que põe fim a uma disputa antiga de R\$ 17 bilhões entre as estatais. O valor se refere à dívida que as distribuidoras da Eletrobrás tinham com a petroleira no fornecimento de óleo combustível e gás natural desde 2009.

Como a maior parte da Região Norte não era interligada ao sistema nacional, quase toda energia elétrica produzida para abastecer a população vinha de térmicas movidas a esses combustíveis.

Com a dificuldade financeira das distribuidoras, a dívida se avolumou nos últimos anos. A assinatura do acordo era essencial para dar andamento ao processo de desverticalização da Amazonas Energia e, consequentemente, à privatização das distribuidoras da Eletrobrás.

As negociações se arrastaram por meses até a sexta-feira passada, quando as duas empresas chegaram a um consenso. O documento com as novas condições foi assinado ontem entre ambas as partes. Dos R\$ 17 bilhões, R\$ 12,2 bilhões são créditos da Petrobrás e R\$ 4,6 bilhões, da Petrobrás Distribuidora (BR). O acordo prevê a recomposição de garantias nos Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) celebrados em 2014, cujo valor atualizado é de R\$ 10,7 bilhões, os quais passarão a contar com uma nova estrutura de garantias.

Além disso, foram feitos novos CCDs, de R\$ 6,1 bilhões, que não haviam sido incluídos nos contratos de 2014, sendo que parte será paga em 36 meses. A Eletrobrás se comprometeu a assumir cerca de R\$ 11 bilhões do valor total, por intermédio de Instrumentos de Assunção de Dívida (IADs), que contam com garantias reais oferecidas pela estatal, condicionados à efetiva privatização das distribuidoras.

Os outros R\$ 6 bilhões são das distribuidoras. Uma parcela de R\$ 3 bilhões referente ao gás natural fornecido pela Petrobrás para a Amazonas Energia, no Estado do Amazonas, não foi incluída nas negociações e continua em discussão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: EUA fecham acordo ‘em princípio’ com Brasil sobre aço

Termos desse acordo, que também inclui Argentina e Austrália, não foram especificados, e negociações em relação à sobretaxa continuam

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, adiou para até 1.º de junho a imposição de tarifas de importação de aço e alumínio produzidos no Canadá, União Europeia e México, e alcançou acordos “em princípio” com Argentina, Austrália e Brasil, informou ontem a Casa Branca.

A decisão foi tomada a poucas horas do fim do prazo das isenções temporárias concedido para alguns países – o prazo vencia hoje. Em comunicado, Trump disse que os acordos com Brasil, Argentina e Austrália ressaltam a estratégia bem-sucedida do seu governo para “alcançar resultados justos com os aliados”,

com a finalidade de proteger a segurança nacional americana e de enfrentar os desafios globais das indústrias de aço e de alumínio.

Disse ainda que, como os EUA concordaram em princípio com esses países, não é necessário definir uma data de expiração para as isenções. “Mas, se os meios alternativos satisfatórios não forem finalizados em breve, considerarei uma nova imposição das tarifas”, disse.

E lembrou que já havia chegado a um acordo final com a Coreia do Sul sobre as importações de aço, cujos detalhes foram anunciados anteriormente pelos governos dos dois países. Trump impôs em março tarifas de importação de 25% para o aço e de 10% sobre o alumínio, mas tinha dado isenções temporárias para Canadá, México, Brasil, UE, Austrália e Argentina.

Autoridades do governo americano afirmaram que os países exportadores de aço e alumínio vão ter de concordar com cotas para proteger de maneira similar os produtores dos EUA. A isenção permanente dada à Coreia do Sul ocorreu em troca de o país aceitar reduzir suas exportações aos EUA em cerca de 30%.

Mais cedo, uma fonte do governo brasileiro com conhecimento das discussões tinha afirmado à Reuters que a expectativa era de “atendimento em parte (do pedido do Brasil de isenção)”, mas que isso só ficaria claro com a divulgação dos EUA. O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA.

Na terça-feira passada, o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, afirmou que uma comitiva brasileira se reuniria com representantes do departamento de Comércio dos EUA nesta semana para tentar prorrogar a isenção temporária de produtos brasileiros das tarifas americanas.

Na ocasião a entidade comentou que os EUA já tinham definido que pediriam cotas de exportação ao Brasil.

Perda.

Mas os negociadores brasileiros vinham resistindo à adoção das cotas. Eles argumentavam que uma autolimitação das exportações poderia ser prejudicial à própria indústria americana, uma vez que 80% dos embarques para aquele mercado são de aço semiacabado.

Ou seja, de matéria-prima para a indústria local. Além disso, perto de 14% do aço produzido naquele país vem de empresas com capital brasileiro, que empregam cerca de 100 mil pessoas. Outro argumento repetido pelo Brasil é o da complementaridade das indústrias. As siderúrgicas brasileiras não só

forneem insumos para as norte-americanas, como são grandes importadoras de carvão produzido naquele país, com compras anuais de US\$ 1 bilhão.

O governo brasileiro também insistiu com os americanos que as relações econômicas entre os dois países são francamente favoráveis aos EUA. Se consideradas as trocas de mercadorias e serviços, o saldo foi de US\$ 250 bilhões em 2017.

O primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, afirmou ontem que qualquer decisão dos EUA de impor tarifas sobre aço e alumínio canadense seria “uma ideia muito ruim” e que isso iria interromper o comércio entre os dois países. O Canadá é o maior exportador de aço para os EUA, com uma indústria siderúrgica altamente integrada com a do país vizinho.

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Preço da gasolina cai no DF

O valor médio da gasolina nos postos brasileiros subiu em 15 estados na semana passada, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Já no Distrito Federal e em mais oito estados, houve queda no preço médio do combustível.

No DF, é possível comprar gasolina por menos de R\$ 4. Quem costuma passar pela Estrada Parque Taguatinga (EPTG), por exemplo, encontra o litro por R\$ 3,97. Já os moradores das asas Sul e Norte ficam em desvantagem, pois não há, nas bombas, combustível por menos de R\$ 4,17. No fim das contas, quem pesquisa consegue economizar até R\$ 10 a cada tanque cheio abastecido.

Na média nacional, houve alta nos preços médios entre as duas semanas, de 0,26%, passando de R\$ 4,215 para R\$ 4,226. Em São Paulo, maior consumidor do país e com mais postos pesquisados, o combustível subiu 0,72% na semana passada, de R\$ 4,006 para R\$ 4,035, em média. No Rio de Janeiro, de R\$ 4,727 para R\$ 4,734, com avanço de 0,15%.

Segundo especialistas, a oscilação de preços é causada por diversos fatores. “A demanda é um deles. Se eu tenho mais pessoas consumindo o combustível, o preço da gasolina costuma aumentar”, explica o economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio

Bentes. De acordo com ele, a tributação também influencia na disparidade de preços entre os estados. “Cada estado tem uma tributação diferente. O famoso Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) é diferente em cada região”, explicou.

“Existe também a questão da logística”, acrescenta Bentes. “A distribuição do combustível se dá por transporte rodoviário, e aí temos o preço do frete cobrado. O valor do combustível na bomba já vem com todos esses fatores atribuídos”, conta o economista.

Apesar do recuo da última semana, o consumidor se mantém bastante insatisfeito com o preço dos combustíveis nos postos. De acordo com a servidora pública Kátia Fabiane Oliveira, 42 anos, a alternativa é aproveitar estabelecimentos com promoções. “Eu abasteço sempre que vejo um preço mais em conta. Às vezes, eu fico até 15 minutos na fila, mas vale a pena”, contou. Moradora de Vicente Pires, ela está sempre passando pela EPTG à procura de valores mais baixos. “Hoje, por exemplo, estava indo para casa e decidi vir por esse caminho. Encontrei o litro da gasolina a R\$ 3,97, e aproveitei para abastecer”, disse.

Cartel

Ela desconfia de que os cartéis continuam atuando no DF. “Em Taguatinga, os valores da gasolina sempre são os mesmos, no Plano Piloto, a mesma coisa. Para mim, isso é muito estranho. Os preços deveriam ser mais competitivos e não padronizados”, argumentou.

De acordo com Bentes, os preços parecidos em estabelecimentos próximos não significa formação de cartel. “Na realidade, existe uma competição muito grande nos postos. Dentro de um mesmo estado, a concorrência faz com que a margem de lucro não seja a mais elevada”, afirma. “A prova disso é que uma parte dos estabelecimentos de combustíveis estão sendo substituídos por empreendimentos imobiliários, porque são mais lucrativos”, destaca.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos	Endereço	25/4/2018	30/4/2018
Petrobras	Próximo à Torre de TV	—	4,19
Petrobras	Eixo W 103 Sul	—	—
Petrobras	Eixo W 105 Sul	4,32	4,19
Petrobras	Eixo w 106 Sul	4,48	4,18
Petrobras	Eixo W 113 Sul	4,19	4,18
Shell	Eixo W 115 Sul	4,19	4,19

Petrobras Eixo L 214 Sul 4,18 4,18
Petrobras Eixo L 212 Sul 4,18 4,18
JarJour Eixo L 210 Sul 4,18 4,18
PB Eixo L 206 Sul 4,18 4,18
Ipiranga Eixo L 204 Sul 4,18 4,18
Petrobras Eixo L 202 Sul 4,44 4,44
Petrobras Eixo L 203 Norte — —
Ipiranga Eixo L 204 Norte 4,33 4,33
JarJour Eixo L 206 Norte 4,18 4,17
Petrobras Eixo L 208 Norte 4,18 4,17
Ipiranga Eixo L 210 Norte 4,18 4,17
Shell Eixo L 212 Norte 4,17 4,17
Petrobras Eixo L 214 Norte 4,19 4,17
Ipiranga Eixo W 115 Norte 4,18 4,19
Petrobras Eixo W 113 Norte 4,18 4,17
Ipiranga Eixo W 112 Norte 4,18 4,18
Shell Eixo W 109 Norte 4,17 4,17
Petrobras Eixo W 107 Norte 4,17 4,17
Petrobras Eixo W 105 Norte 4,18 —
Petrobras Eixo W 103 Norte 4,49 4,49
Petrobras Sig Quadra 3 4,18 4,18
Sheel Sig Quadra 3 4,18 4,18
Petrobras EPTG 4,18 4,18
Posto Garantia EPTG 4,18 4,09
Safeway EPTG 3,38 3,97
Vtex EPTG 3,99 3,97
Ipiranga EPTG 3,99 3,97

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Pedro Gigori

Título: Abastecimento de Corumbá a partir de janeiro

Quase duas décadas após a decisão de usar o Lago Corumbá para o abastecimento hídrico do Distrito Federal, as obras de captação e tratamento das águas do reservatório goiano estão finalmente entrando na fase final. Ontem, o governador Rodrigo Rollemberg vistoriou a construção de uma adutora em Santa Maria, que servirá para levar para a região Sul do DF a água vinda do lago, em Luziânia (GO).

Em medição na tarde de ontem, o reservatório do Descoberto subiu para 90,6%, enquanto o de Santa Maria marcou 56,1%. Juntos, estão sendo usados, em média, 3.250 litros de água por segundo das bacias para o abastecimento hídrico do DF. A expectativa da Caesb é que, inaugurando a captação de Corumbá IV até 31 de dezembro deste ano, 1,4 mil litros de água por segundo possam ser usados a partir de janeiro de 2019 para abastecer Santa Maria e Gama. “Com isso vamos dar tranquilidade para toda a população de Brasília no que se refere ao abastecimento hídrico”, garantiu Rollemberg.

O Lago de Corumbá fica todo em Goiás, passando por seis cidades. A água virá ao DF por meio de canos quilométricos. Orçada em R\$ 575 milhões, ela é, segundo o governo federal, com a principal obra de captação de água em andamento no país. A expectativa da Caesb é dobrar para 2,8 mil l/s a captação do lago e, futuramente, também atender as cidades de Riacho Fundo, Recanto das Emas, Taguatinga e Ceilândia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Pedro Grigori

Título: Tarifa sobe perto do fim do racionamento

A tarifa da conta de água e esgoto ficará 2,99% mais cara no Distrito Federal, partir de 1º de junho. A decisão foi publicada no Diário Oficial do DF de ontem, mas não deve ser a única alteração na conta nos próximos meses. Desde 2014, o preço da água distribuída pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb) subiu mais de 35%. Para diminuir os impactos da cobrança, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa) espera realizar, ainda neste semestre, duas audiências públicas para debater alterações na estrutura tarifária. Uma delas visa eliminar a cobrança mínima de 10 metros cúbicos de água por residência. A outra pretende instaurar uma tarifa social, em que consumidores com maior renda pagariam mais pela água.

Também ontem, durante visita às obras de uma adutora em Santa Maria, que estão 70% concluídas, o governador Rodrigo Rollemberg (PSB) voltou a falar sobre o fim do racionamento de água, garantindo que “está muito perto”, mas não mencionou datas. Como o Correio adiantou na edição de 27 de abril, o governo fará reuniões nesta semana com representantes da Caesb e da Adasa para definir uma data. “Faremos todas as avaliações técnicas, para que, do ponto de vista técnico, com toda a tranquilidade e segurança, possamos informar à população de Brasília uma data para o fim do racionamento”, afirmou Rollemberg.

Audiência pública

Neste mês, o Conselho dos Consumidores da Caesb levou à Adasa um pedido pela alteração do consumo mínimo cobrado. Devido à Lei distrital 442/93, mesmo que uma residência consuma menos que 10m³ por mês, ela tem que pagar por esse volume. A partir de junho, com a nova tarifa, o valor mínimo passa a ser R\$ 30,04. “É muito injusta essa cobrança. Existem os custos da ligação de água, mas cobrar um valor mínimo desestimula a população a economizar. Precisamos decidir se o importante é o faturamento econômico ou o uso racional dos recursos hídricos”, diz o presidente do Conselho de Consumidores da Caesb, Alexandre Veloso.

Para Sérgio Koide, professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB), a cobrança da taxa mínima vai contra a proposta de economia. “Isso é algo que tem que cair, é um desestímulo para o consumidor poupar água. Tem que ser um serviço de ligação proporcional ao que é gasto”, afirma.

O superintendente de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira da Adasa, Cássio Cossenzo, conta que essas mudanças podem ocorrer em breve. “A Adasa entende que a cobrança mínima não é a melhor forma de conscientizar a população, por isso estamos com estudos bem avançados para alterar nossa estrutura tarifária. A metodologia está sendo analisada e, ainda neste semestre, será colocada em audiência pública para que toda a população possa acrescentar contribuições”, pondera. O departamento jurídico da agência analisa a proposta, para saber como a aprovação da alteração deve ocorrer.

Cobrança por renda

Ainda neste semestre também deve ser levado à audiência pública uma proposta que pretende colocar uma tarifa social na cobrança de água, para que consumidores com renda familiar elevada paguem mais pelo recurso. “Para quem tem pouco dinheiro, pagar uma conta alta traz um impacto no orçamento, que o obriga a poupar. Mas para quem tem boas condições, não traz impacto. A tarifa social resolveria isso, cobrando mais de quem pode pagar mais, para assim diminuir o consumo”, explica Sérgio Koide.

Em 2017, a região administrativa com maior renda per capita do DF, o Lago Sul, consumiu, em média, 366 litros de água por dia/pessoa, enquanto a média da Estrutural, que tem a menor renda, é de apenas 58 litros. Segundo o superintendente da Adasa, ainda não foi decidido como será a definição de quem pagará mais ou não.

O presidente da Caesb, Maurício Ludovice, diz não ver restrição em discutir uma reforma tarifária, mas que isso deve ocorrer apenas no âmbito da Adasa. “Só é preciso destacar que qualquer alteração na estrutura tarifária tem que levar em

consideração a garantia do equilíbrio econômico e financeiro da empresa concessionária. É um estudo complexo, mas que é preciso ser feito”, explica.

Pedidos por mudança

As contas na casa da professora aposentada Luiza Rodrigues, 58 anos, apertaram nos últimos anos. Por mês, Luiza, que mora com mais quatro pessoas em uma residência na Candangolândia, gasta cerca de R\$ 110 pela água.

“Pagávamos cerca de R\$ 80 há uns anos. Com o racionamento, diminuimos o consumo, mas a cobrança não caiu. Um novo aumento vai apertar a nossa situação”, comenta. Segundo Luiza, o rodízio de abastecimento não faz mais sentido. “Economizamos aqui, mas quem tem dinheiro continua gastando normalmente. O racionamento não é para todos”, reclama.

O lote onde mora Josenilda Gomez, 54, também na Candangolândia, tem duas ligações de água. Isso porque a família cresceu e uma casa antes destinada à locação se tornou uma cozinha e sala. Quatro pessoas moram na residência, que recebe todo mês duas contas de água, ambas com a taxa mínima. “Economizei muito com o racionamento, mas acabo pagando cerca de R\$ 120 por mês, a taxa mínima de duas residências”. Josenilda tentou concentrar o gasto de água em uma das casas, mas continuou pagando a mesma quantia. “A Caesb enviou uma equipe aqui, para verificar porque não houve consumo em um dos hidrômetros. Achavam que eu tinha feito um gato de água”, lembra.

Para equilibrar as contas

Em 2017, o consumo de água no Distrito Federal caiu em 12%. Com isso, diminuiu também o faturamento da Caesb, que fechou o ano com R\$ 110 milhões a menos no caixa do que em 2016. Para equilibrar as contas, a concessionária pediu uma revisão tarifária extraordinária na conta, sugerindo 9,69% de aumento. A Adasa discordou, e permitiu o aumento de apenas 2,06%. A essa porcentagem ainda foi somado 0,93% referentes ao Reajuste Tarifário Anual (IRT), que ocorre todos os anos, para adequar o valor da conta de água aos índices inflacionários.

MME / ASCOM .